

DIA (O)

Lisboa

13. AGO. 1979

LAVRADOR (O)

Porto

Acordos/Convénios -  
Portugal/Angola« R E C O R T E »  
Apartado 2571

## Uma reviravolta significativa

201  
**Angola (satisfeita) reconhece  
influência cultural portuguesa**

Numa visita que teve como objectivo essencial sondar a possibilidade de contratar cooperantes portugueses para a Universidade de Angola, em especial para o Instituto Superior de Ciências de Educação, esteve em Lisboa uma delegação daquele país, que garantiu ser um êxito a cooperação luso-angolana no sector do ensino.

Os visitantes de Angola, cujo regime exorcizou de início a influência cultural portuguesa, mostraram-se agora extremamente satisfeitos, "quer pelo número de cooperantes potenciais para Angola, quer pelo espírito novo das relações entre Portugal e Angola".

"As condições materiais que Angola oferece aos cooperantes são excepcionais" — disse Rui Monteiro, um dos elementos enviados a Lisboa por Agostinho Neto, o qual não deixou de garantir que "há muitos portugueses em Angola e muitos mais dispostos a ir".

Falando sobre os sectores específicos da cooperação

portuguesa, o mesmo porta-voz declarou que todo o ensino universitário deve ser ministrado em língua portuguesa, "tendo em conta o que isso pode significar para o rendimento escolar dos alunos". O facto de as autoridades angolanas se verem agora obrigadas a reconhecer o papel veicular do nosso idioma, só vem mostrar que a implantação da língua portuguesa em Angola não é assim tão pequena quanto quiseram crer os revolucionários.

O delegado Rui Monteiro garantiu, no entanto, que "já se alfabetizou nos cerca de quatro anos de independência mais gente do que durante os 500 anos de colonialismo", adiantando que "1979 é no país o ano da formação de quadros" e que neste momento em Angola, "toda a gente ensina e toda a gente aprende..."

Entretanto, três juristas portugueses e dois economistas brasileiros, cooperantes do Centro de Informação e Documentação "Amílcar

Cabral", encontram-se em Cabo Verde, no desempenho de uma missão de auscultação das necessidades de formação administrativa daquele antigo território português.

Por outro lado, sabe-se que três juristas e dois economistas portugueses, recrutados nos meios profissionais e no ensino, leccionarão no próximo ano lectivo os quatro cursos diversificados do ciclo de especialização (administração geral, laboral, jurídica e económica), que vão ter lugar em Cabo Verde.



UNIVERSIDADE  
DE ÉVORA